

FECHAMENTO DE ESCOLAS NO BRASIL (2010-2020): agenda neoliberal?

CIERRE DE ESCUELAS EN BRASIL (2010-2020): ¿agenda neoliberal?

SCHOOL CLOSINGS IN BRAZIL (2010-2020): neoliberal agenda?

Tamara Cardoso André¹

<https://orcid.org/0000-0002-0700-1896>

Camila Regina Copetti²

<https://orcid.org/0000-0002-0677-9882>

Resumo

A presente pesquisa tem o objetivo geral de analisar as relações entre o fechamento de escolas no Brasil e o neoliberalismo, a partir da crítica materialista dialética, pautada em Marx, Engels e Kosik. Investigar as justificativas do poder público para o fechamento de escolas e a distribuição do fenômeno no território nacional são objetivos específicos, buscando-se responder às seguintes questões: os números dos censos educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam para aumento do número de fechamento de escolas entre 2010 e 2020? São as escolas públicas, ou as privadas, as mais atingidas pelo fechamento? As justificativas apontadas pelo poder público para o fechamento de escolas apresentam uma lógica neoliberal? Os instrumentos de investigação são a abordagem quantitativa de dados secundários, extraídos dos censos educacionais do INEP, em triangulação com abordagem qualitativa, a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) de duas fontes de comunicação: portal da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Portal G1. A investigação conclui que as escolas rurais e as públicas são as mais atingidas por fechamentos, com maior ocorrência na região nordeste, nos estados do Piauí, da Paraíba e do Ceará. As justificativas do poder público para o fechamento de escolas, segundo as reportagens consultadas, centram-se em razões estruturais, baixo número de matrículas e reestruturação da rede de ensino. Assim, os resultados sugerem indícios de privatização e “desruralização” de ensino, bem como possibilidade de gradativa desescolarização.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Neoliberalismo. Direito à Educação.

¹ Pedagoga (PUCRS), Mestre e Doutora em Educação (UFPR), Professora Associada da Unioeste, campus Foz do Iguaçu, no curso de Pedagogia e no Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteira. E-mail: tamaracardosoandrefoz@gmail.com

² Pedagogia (Unioeste, campus Foz do Iguaçu), professora de Ensino Fundamental I no Colégio CAESP, Foz do Iguaçu. E-mail: camilacopetticr@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ANDRÉ, Tamara Cardoso; COPETTI, Camila Regina. Fechamento de escolas no Brasil (2010-2020): agenda neoliberal? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-28, 2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25i1.6934>

Resumen

La presente investigación tiene el objetivo general de analizar las relaciones entre el cierre de escuelas en Brasil y el neoliberalismo, a partir de la crítica materialista dialéctica, pauta en Marx, Engels y Kosik. Investigar las justificaciones del poder público para el cierre de escuelas y la distribución del fenómeno en el territorio nacional son objetivos específicos, buscando responder a las siguientes preguntas: ¿los números de los censos educativos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP) apuntan al aumento del número de cierres de escuelas entre 2010 y 2020? ¿Son las escuelas públicas o las privadas las más afectadas por el cierre? ¿Las justificaciones apuntadas por el poder público para el cierre de escuelas presentan una lógica neoliberal? Los instrumentos de investigación son el enfoque cuantitativo de datos secundarios, extraídos de los censos educativos del INEP, en triangulación con enfoque cualitativo, a partir del Análisis de Contenido (BARDIN, 2011) de dos fuentes de comunicación: portal de la Confederación Nacional de los Trabajadores en Educación (CNTE) y Portal G1. La investigación concluye que las escuelas rurales y las públicas son las más afectadas por cierres, con mayor incidencia en la región nordeste, en los estados de Piauí, Paraíba y Ceará (Brasil). Las justificaciones del poder público para el cierre de escuelas, según los reportajes consultados, se centran en razones estructurales, bajo número de matrículas y reestructuración de la red de enseñanza. Así, los resultados sugieren indicios de privatización y "desruralización" de enseñanza, así como posibilidad de gradual desescolarización.

Palabras clave: Políticas Educativas. Neoliberalismo. Derecho a la Educación.

Abstract

This research has the general objective of analysing the existing relation between the closure of schools in Brazil and neoliberalism, if any, from the perspective of dialectical materialistic critique, based on Marx, Engels, and Kosik. Specific objectives comprehend investigating the justifications offered by public power for school closure, and the distribution of this phenomenon in the national territory, seeking to answer the following questions: do the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) educational censuses figures point to an increase of the number of school closed between 2010 and 2020? Which are the schools more affected by closure, public, or private schools? Do the justifications given by government for closing schools have a neoliberal logic? The research instruments were quantitative approach of secondary data extracted from the INEP's educational censuses in triangulation with a qualitative approach based on content analysis (BARDIN, 2011) of two communication sources: the National Confederation of the Workers in Education (CNTE) website, and the G1 portal. The survey concluded that rural and public schools are the most affected by closures, with greater incidence in the northeast region and the states of Piauí, Paraíba, and Ceará. According to the reports surveyed, the government's justifications for closing schools are based on structural reasons, low number of enrollments, and restructuring of the education network. Thus, the findings suggest signs of privatization and "de-ruralisation" of education, as well as possible gradual unschooling.

Keywords: Educational Policies. Neoliberalism. Right to Education.

INTRODUÇÃO

Na Constituição Federal de 1988 a educação é obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos. A Lei que regulamenta o direito à educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/1996, no artigo quinto, postula que é dever do poder público recensear a população em idade escolar e os jovens e adultos que não concluíram a educação básica, fazer a chamada pública e zelar pela frequência à escola. No parágrafo quarto do mesmo artigo, afirma: “Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade” (BRASIL, Lei 9.394/1996, art. 5º, § 4º, III). A educação básica compreende pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Segundo André (2018), todos os países da América Latina afirmam a obrigatoriedade da educação em suas constituições. Sendo a educação obrigatória ao indivíduo, passa a competir ao Estado a obrigatoriedade de sua oferta.

A LDB (1996) estabelece, no artigo oitavo, que os sistemas de ensino serão organizados em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O inciso sexto do décimo artigo afirma que os Estados deverão assegurar o ensino fundamental e ofertar, preferencialmente, o Ensino Médio. Segundo e inciso quinto do artigo onze, caberá aos municípios a oferta de creches, pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental. O artigo sétimo da lei garante o ensino livre à iniciativa privada. Viegas (2021) afirma que o ordenamento jurídico brasileiro prevê o regime de colaboração, sem, entretanto, informar como isso deverá ocorrer, o que tem levado municípios a buscarem formas de diminuir despesas públicas.

Embora a Constituição Federal de 1988 afirme a obrigatoriedade da educação, o ordenamento jurídico brasileiro tem aberto brechas para que escolas sejam fechadas, principalmente as rurais. Trata-se de fato inicialmente observado em notícias e artigos retratando populações mobilizadas contra fechamento de escolas. O fechamento de escolas, defende-se neste trabalho, é o efeito de um projeto neoliberal de sociedade, que não apenas tem como objetivo adaptar a educação a interesses do mercado, mas, também, exonerar o Estado da tarefa de financiar a educação.

Freitas (2018) afirma que as reformas educacionais neoliberais substituem a compreensão de educação como direito, por educação como serviço pago e alinhado a uma padronização curricular, aferida por meio de avaliações em larga escala. A educação é inserida na cadeia do mercado internacional e passa, assim, a atender às necessidades dos novos processos produtivos, coordenados por agências internacionais e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). As reformas neoliberais se originaram a partir de problemas econômicos do final da década de 1970, culminando em uma investida mundial que conjuga liberalismo econômico e autoritarismo social. Embora não tenha cunhado o termo **neoliberalismo**, Hayek é considerado o fundador dessa concepção de Estado, ao inaugurar a Sociedade de Mont Pèlerin, composta por Mises, Popper, Friedman, Polanyi e Salvador de Madariaga.

Segundo Anderson (2003), o receituário neoliberal engloba retirada de direitos trabalhistas e controle de investimentos sociais, em favor de reformas fiscais que taxem menos as grandes fortunas, garantindo incentivo aos agentes econômicos. Na educação, são realizadas manobras a fim de privatizar gradativamente a educação, como promoção do mercado educacional e facilitação fiscal para que corporações educacionais formem monopólios.

A hipótese deste artigo é de que o predomínio das relações econômicas sobre os direitos sociais, característico do neoliberalismo, gera não apenas a mercantilização da educação, mas, também, a ameaça à oferta de vagas em escolas a toda a população. Laval (2004) mostra que, como consequência de o acúmulo de capital tornar-se o objetivo central na sociedade, o direito ao acesso à cultura universal passa a ser limitado por meio do racionamento do financiamento público e da privatização. Nesse contexto, surge a tese da **desescolarização**, que, aliada à pedagogização excessiva das relações sociais, se apoia na defesa da desinstitucionalização da educação, por meio da aprendizagem por toda a vida. Laval (2004) discute três tendências: desinstitucionalização, desvalorização e desintegração. A desinstitucionalização é a conversão da escola em organização flexível e empresa prestadora de serviços. A desvalorização é a substituição dos objetivos clássicos de emancipação política e realização pessoal por imperativos da eficácia econômica e da inserção no mundo do trabalho. A Desintegração é a diversificação de modelos educativos por meio da introdução de mecanismos de mercado no funcionamento da escola.

Uma das ideologias legitimadoras do fechamento de escolas é a educação domiciliar e as teses da **desescolarização**. Nesta esteira, Vasconcellos (2017) afirma que a defesa de que a família deve ter liberdade para escolher a educação domiciliar, em detrimento da escolar, vai ao encontro do projeto neoliberal de fim da escola, ou seja, da desescolarização, já defendida por autores como John Holt e Ivan Illich.

Partindo destes apontamentos, o objetivo geral deste trabalho é analisar as relações entre o fechamento de escolas no Brasil e o neoliberalismo, a partir da crítica materialista dialética, pautada em Marx, Engels e Kosik. São dois os objetivos específicos: 1) Investigar as justificativas do poder público para o fechamento de escolas; 2) analisar a distribuição do fenômeno do fechamento de escolas no território nacional. Para isso, busca-se respostas às seguintes indagações: os números dos censos educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam para aumento do número de fechamento de escolas entre 2010 e 2020? São as escolas públicas, ou as privadas, as mais atingidas pelo fechamento? As justificativas apontadas pelo poder público para o fechamento de escolas apresentam uma lógica neoliberal? O período a ser analisado (2010-2020) foi escolhido pela possibilidade de consulta aos censos educacionais, cujos dados estão disponíveis ao público e, também, pela necessidade de um recorte mais recente.

A percepção de que são crescentes os protestos contra fechamentos de escolas, reportados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), justifica a análise proposta. No ano de 2015, por exemplo, ocorreram várias ocupações secundaristas no Brasil, como reação à reorganização escolar prevendo o fechamento de quase uma centena de escolas estaduais (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019).

O presente estudo é dialético, na medida em que parte de situação concreta de fechamento de escolas (concreto vivido), para a análise e elaboração sistemática deste fenômeno (concreto pensado). Trata-se de um movimento, que vai do concreto vivido ao concreto pensado, a fim de ascender à compreensão das possibilidades de transformação, o que faz parte do movimento dialético, conforme explicitado por Kosik (2002). Além disso, o método dialético exige o olhar para a contradição, que, nesta pesquisa, se evidencia na compreensão de que, embora haja um ordenamento jurídico voltado à distribuição de educação a todas as pessoas, há um Estado neoliberal atuante tanto no

controle curricular para adaptar a educação às necessidades do mercado, quanto no fechamento de escolas. A ação estatal diante da educação demonstra a veracidade da tese de Marx (2010), em seu livro *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, quando se opõe ao pensamento de Hegel. Para Hegel, que defende a lei e o poder soberano, o Estado é o racional em si e para si. Marx, ao contrário, se apoia em dados concretos do seu tempo, como a exploração da classe trabalhadora, para afirmar que o Estado não pode ser razão e nem justiça, pois oprime e defende os interesses de uma classe dominante.

Confundir a educação conforme a letra da lei, ou seja, o que propõe o ordenamento jurídico brasileiro, com a escola efetivamente, é uma forma de idealismo que obnubila a compreensão da distribuição da educação. Ao criticarem as filosofias idealistas de base hegeliana, Marx e Engels (2014) afirmam que pressupostos não são dogmas, mas constituem a realidade de indivíduos reais, que têm história, se desenvolvem e podem transformar a realidade. Pressupor que há escola para todas as pessoas porque consta na lei é idealismo, bem como é não dialético negar as possibilidades de reversão dos problemas colocados pelo projeto neoliberal na educação.

O entendimento do movimento real do fechamento de escolas e da luta contra esse processo requer a coleta de dados objetivos, por meio de metodologia científica. Nesta investigação, além da pesquisa bibliográfica, foram utilizados dois tipos de fontes de dados: censos educacionais e reportagens de sites de acesso livre e circulação nacional, que veiculam notícias sobre todos os Estados brasileiros, conforme se explicita no próximo tópico.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para investigar o número de escolas fechadas entre 2010 e 2020, foram utilizados, como fontes de dados, os censos do INEP. Inicialmente, foi verificado o aumento ou decréscimo; a cada ano e ao final do período estudado; do número de estabelecimentos de ensino de educação básica rurais e urbanos segundo dependência administrativa: privada, federal, estadual ou municipal. Posteriormente, foi observado o número total de matrículas nos anos de 2010 e 2020. Trata-se de um recorte necessário, tanto devido à disponibilidade da dados abertos, quanto pelo fato de ser recente. Por fim, foi elencado o

número de escolas em cada estado brasileiro nos anos de 2010 e 2020, visando situar em qual estado houve maior diminuição no número de escolas. Além dos censos do INEP, foi verificado, no Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a porcentagem de jovens até quatorze anos de idade e o número total da população nos anos de 2010 e 2020. A partir de Sautu, Boniolo, Dalle e Elbert (2010), pode-se afirmar que a investigação do fechamento de escolas em números é um estudo quantitativo. O instrumento é a análise quantitativa de dados secundários, extraídos dos censos educacionais do INEP. No entanto, a pesquisa quantitativa foi triangulada com abordagem qualitativa, a partir da análise de conteúdo de duas fontes de comunicação de acesso gratuito: portal da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Portal G1.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdos lida com mensagens expressas em comunicações. As razões alegadas pelo poder central para impetrar o fechamento de escolas foram obtidas das reportagens do portal da CNTE e do portal G1, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2016 e 10 de outubro de 2020. O G1 foi escolhido como fonte por tratar-se de portal de acesso irrestrito, que traz matérias sobre todos os estados brasileiros. Já as comunicações do portal da CNTE foram analisadas para fazer contraponto com a grande mídia. A CNTE é uma confederação que agrega sindicatos, razão pela qual traz, no seu bojo, a defesa da escola pública. Nas matérias, foi verificado como o poder público justifica o fechamento das escolas. Portanto, a análise foi temática, focando as justificativas do poder público para o fechamento de escolas. A análise temática, segundo Bardin (2011), pode ser feita por meio de contagem de um ou mais temas, constituindo uma unidade de codificação definida previamente.

A análise das reportagens seguiu as três fases apontados por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, após seleção dos veículos, G1 e CNTE, foi realizada a busca das reportagens, utilizando-se as palavras-chave “fechamento” e “escola”, seguidas de cada ano estudado. Na fase da exploração do material, foi feita a leitura e a sistematização dos principais conteúdos, a fim de categorizá-los segundo os objetivos propostos, possibilitando a terceira fase, de tratamento dos resultados, no qual foi feita a análise propriamente dita, realizando comparações com os números do INEP e inferências a partir da hipótese da ofensiva neoliberal à escola pública.

Foram excluídas as reportagens sobre as escolas fechadas durante o período da pandemia da COVID-19.

2 ANÁLISE DO CENSO DO INEP

O INEP é uma autarquia federal do Ministério da Educação (MEC) que coleta e divulga dados estatísticos sobre a educação brasileira, sendo responsável pelas avaliações e exames. A cada ano o INEP realiza censo escolar, divulgando informações sobre número da educação básica. Foram compilados dados quantitativos sobre a evolução, de 2010 a 2020, do número de estabelecimentos de ensino rurais e urbanos, por dependência administrativa. Também foram coletados dados sobre o número total de matrículas na educação básica nos anos de 2010 e 2020 (INEP, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020).

Cada escola é compreendida como Unidade ou Dependência Administrativa, podendo ser privada, federal, estadual ou municipal. O quadro 1 sintetiza o censo do INEP, mostrando o número de estabelecimentos de ensino rurais e urbanos por unidade administrativa a cada ano, de 2010 a 2020.

QUADRO 1 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA ENTRE 2010 E 2020

UA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TG	194939	193047	192676	190706	188673	186441	186081	184145	181939	180610	179533
FU	285	383	423	442	470	552	594	607	609	605	606
EU	26167	26121	25707	25356	25280	25262	25170	25109	25034	24827	24636
MU	53376	53982	54936	55867	26444	57257	57906	58354	58701	59051	59492
FR	59	68	67	70	73	84	93	92	92	93	94
ER	5993	5983	5690	5535	5478	5525	5489	5410	5343	5333	5252
MR	72770	69627	67793	64614	61353	58470	56813	54545	51519	49267	48407
TPB	158650	156164	154616	151884	119098	147150	146065	144117	141298	139176	138487
PU	35723	36332	37498	38225	38938	38706	39362	39381	39986	40782	40396
PR	566	551	562	597	637	625	654	647	655	652	650
TPR	36289	36883	38060	38822	39575	39331	40016	40028	40641	41434	41046
TF	344	451	490	512	543	636	687	699	701	698	700
TE	32160	32104	31397	30891	30758	30787	30659	30519	30377	30160	29888
TM	126146	123609	122729	120481	87797	115727	114719	112899	110220	108318	107899
TU	115551	116818	118564	119890	91132	121777	123032	123451	124330	125265	125130
TR	79388	76229	74112	70816	67541	64704	63049	60694	57609	55345	54403

UA: Unidade Administrativa; TG: Total Geral; FU: Federais Urbanas; EU: Estaduais Urbanas; MU: Municipais Urbanas; FR: Federais Rurais; ER: Estaduais Rurais; MR: Municipais Rurais; TPB: Total Públicas; PU: Privadas Urbanas; PR: Privadas Rurais; TPR: Total Privadas; TF: Total Federais; TE: Total Estaduais; TM: Total Municipais; TU: Total Urbanas; TR: Total Rurais.

Fonte: Sistematização da autora a partir de dados do INEP. (INEP, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

No ano de 2010 o TG de estabelecimentos de educação básica, ou seja, incluindo públicas e privadas e rurais e urbanas, era de 194.939, baixando para 179.533 em 2020. A redução de 15.406 escolas equivale a uma queda de 7,902% do número de escolas em dez anos.

O quadro 2 apresenta o número de estabelecimentos a mais ou a menos por dependência administrativa de um ano para outro.

Percebe-se, no quadro 2, que a diminuição do número de MR, bem como de TR, ocorreu em todos os anos. Por outro lado, cresceu entre 2010 e 2020 o número de TU, com exceção dos anos em que o mundo foi acometido pela pandemia de COVID-19, de 2019 para 2020. A redução do número de escolas é maior dentre os estabelecimentos rurais de ensino.

QUADRO 2 – NÚMERO DE AUMENTO OU DECRÉSCIMO DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA ENTRE 2010 E 2020, A CADA ANO, EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

NÚMERO DE DIMINUIÇÃO OU AUMENTO DE ESCOLAS DE UM ANO PARA OUTRO										
UA	2010 2011	2011 2012	2012 2013	2013 2014	2014 2015	2015 2016	2016 2017	2017 2018	2018 2019	2019 2020
TG	-1.892	-371	-1.970	-2.033	-2.033	-360	-1.936	-2.206	-1.329	-1.077
TU	1.267	1.746	1.326	1.242	605	1.295	419	879	935	-135
FU	98	40	-1	28	82	42	13	2	-4	1
EU	-46	-414	-351	-76	-18	-92	-61	-75	-207	-191
MU	606	984	931	577	813	649	448	347	350	441
PU	1.209	1.166	727	713	-232	656	19	605	796	-386
TR	-3.159	-2.117	-3.296	-3.275	-2.837	-1.655	-2.355	-3.085	-2.264	-942
FR	9	1	3	3	11	9	-1	0	1	1
ER	-10	-293	-155	-57	47	-36	-79	-67	-10	-81
MR	-3.143	-1.834	-3.179	-3.261	-2.883	-1.657	-2.268	-3.026	-2.252	-860
PR	15	11	35	40	-12	29	-7	8	-3	-2

Fonte: Sistematização da autora a partir de dados do INEP. (INEP, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Taffarel e Munarim (2015, p. 47) denunciam o grande número de fechamento de escolas de campo, cometido de modo arbitrário e autoritário no ano de 2014: “A última lista divulgada pelo MEC (INEP) aponta que 4.084 escolas municipais e estaduais foram fechadas no decorrer de 2014, quase absolutamente todas no campo”. Diante da pressão de movimentos sociais contra o fechamento de escolas rurais, foi aprovada a Lei 12.960, de 27 de março de 2014, que acrescentou o artigo 28 à LDB 9.394/1996, afirmando:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 1996).

Segundo Taffarel e Munarim (2015), a lei foi conquistada pelo Movimento Nacional de Educação do campo, com o mote “Fechar escola é crime”, passando a servir como dispositivo para as lutas pela manutenção das escolas do campo.

Embora após 2014 o fechamento de escolas rurais tenha diminuído, o número de estabelecimentos ER e MR sofreu constante queda ao longo dos anos. Indubitavelmente, o fechamento de escolas, assim como a redução de matrículas, atinge mais as escolas rurais, problema que tem sido abordado em diversos artigos.

Sanches e Oliveira (2019) apresentam dados sobre fechamento de escolas do campo na Região Rural de Cachoeiras de Macau, no Estado do Rio de Janeiro, entre 1983 e 2016. **Desruralização Escolar**, termo desenvolvido a partir do conceito de **desruralização**, do geógrafo português Álvaro Domingos, é a denominação que adotaram para descrever o desativamento de escolas do campo. Nesse processo, o transporte escolar é utilizado como instrumento para transferir estudantes que habitam áreas rurais para escolas centrais. Segundo as autoras, a **desruralização escolar** ocorreu em Cachoeiras de Macau, onde foram desativadas ou extintas 8 escolas estaduais e 27 municipais, ou municipalizadas, entre 1983 e 2016. No processo de desativação, os documentos institucionais de uma escola são transferidos para a Secretaria Municipal de Educação, ficando aos cuidados da Inspeção Escolar. A definitiva extinção tende a ocorrer cerca de dez anos após a desativação.

Santos (2021) realizou um estudo sobre o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança, localizada no povoado de Boa Esperança, no município de Damianópolis, Estado de Goiás. A autora afirma que o agronegócio tem se constituído como motor da destruição ou modificação do território do campesinato, pois sua expansão requer a apropriação privada do território rural.

Novaes, Sousa e Formigosa (2021) realizaram entrevistas com moradores de Abaetetuba, no Estado do Pará, para analisar o fechamento de uma escola do campo na região. O fechamento obrigou estudantes a utilizarem transporte escolar e a frequentarem

escola urbana descontextualizada da realidade rural. Segundo os autores, fatores como o agronegócio e cortes nos gastos públicos levam à nucleação de escolas do campo, reunindo estudantes em um único núcleo, em escolas com currículos urbanos.

Cruz e Silva (2020) mostram que desde meados do século XX tem sido recorrente o fechamento de escolas rurais no Brasil. Os autores fizeram um estudo de caso do fechamento da Escola Municipal São Sebastião, situada em Tocantinópolis, TO, em uma comunidade rural.

Embora várias pesquisas se debrucem sobre a problemática do fechamento de escolas rurais; as mais atingidas pelo fechamento; percebe-se, nos censos do INEP, gradativa redução no número de TPB e aumento de TPR, porém resultando em diminuição no TG.

A alteração quantitativa de estabelecimentos por dependência administrativa pode ser mais bem verificada no quadro 3, que mostra o quanto cada dependência administrativa correspondia em relação ao número total de estabelecimentos de educação básica em 2010, e quanto passou a corresponder em 2020. Mostra, ainda, o aumento ou decréscimo no número de estabelecimentos de educação básica, por cada dependência administrativa, de 2020 em relação a 2010.

QUADRO 3 – PORCENTAGEM DO NÚMERO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA RURAIS E URBANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL GERAL (TG) DE ESCOLAS EM 2010 E 2020

TG E PORCENTAGEM POR ANO						
UA	TG – 2010	PE/TG 2010	TG 2020	PE/TG 2020	Resumo 2010 2020	PDA 2010 2020
TG	194.939		179.533		-15.406	-7,902%
FU	285	0,146%	606	0,337%	+321	+112,631%
EU	26.167	13,423%	24.636	13,722%	- 1.531	- 5,850%
MU	53.376	27,389%	59.492	30,352%	+6.116	+11,458%
PU	35.723	18,325%	40.396	22,801%	+4.673	+13,081%
FR	59	0,030%	94	0,052%	+35	+59,322%
ER	5.993	3,074%	5.252	2,925%	-741	-12,364%
MR	72.770	37,329%	48.407	26,962%	-24.363	-33,479%
PR	566	0,290%	650	0,362%	+84	+14,840%

TG E PORCENTAGEM POR ANO						
TF	344	0,176%	700	0,389%	+356	+103,488%
TE	32.160	16,497%	29.888	16,647%	-2.272	-7,064%
TM	126.146	64,710%	107.899	60,099%	-18.247	-14,454%
TU	115.551	59,275%	125.130	69,697%	+9.579	+8,289%
TR	79.388	40,724%	54.403	30,302%	-24.985	-31,472%
TPB	158.650	81,384%	138.487	77,137%	-20.163	-12,709%
TPR	36.289	18,615%	41.046	22,862%	+4.757	+13,108%

PE/TG: Percentagem do número de estabelecimentos de ensino de educação básica, por unidade administrativa, em relação ao TG; Resumo: número a mais ou a menos de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa de 2010 para 2020; PDA: percentagem de diminuição ou aumento do número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa de 2020 em relação a 2010.

Fonte: Sistematização da autora a partir de dados do INEP. (INEP, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

No TPB houve queda de 12,709% do número de escolas (-20.163). O TPR apresentou acréscimo de 4.754 estabelecimentos de ensino, aumentando 13,108% em 2020 em relação a 2010. Em 2010, o TPR era 18,615% do TG, passando a corresponder, em 2020, a 22,862% do TG. Já os TPB correspondiam a 81,384% do TG em 2010, passando a ser 77,137% do TG em 2020. O TF aumentou em dez anos, porém, correspondendo em 2020 a apenas 0,389% do TG. Portanto, o aumento de TF não afetou a diminuição do TPB.

Mesmo com aumento de PR e FR, a maior queda verificada é no TR (-24.985), correspondendo a uma redução de 31,472%. Vale destacar que o TR correspondia em 2010 a 40,724% do TG. Com a redução, em 2020 o TR passou a corresponder a 30,302% do TG. O TE apresentou uma queda de 7,064% em 2020 em relação a 2010 (-2.272 escolas). Em EU a queda foi 5,850% e, em ER, de 2,364%.

Embora os MU tenham aumentado em 11,458%, com 6.616 escolas a mais, a queda no número de MR foi de 33,479%, com diminuição de 24.363 estabelecimentos. O TM sofreu queda de 14.454%, com diminuição de 18.247 escolas.

Observando-se o número total de matrículas dos anos de 2010 e 2020, percebe-se que houve redução. Incluindo todas as unidades administrativas da educação básica, o número total de matrículas em 2010 era de 51.549.889, passando a ser de 47.295.294 em 2020 (INEP, 2011, 2021). Ou seja, no total, o número de matrículas diminuiu em 8,253% de 2010 para 2020.

Inicialmente, portanto, é possível concluir que o número total de estabelecimentos escolares (TG) reduziu em 7,902% de 2010 para 2020, enquanto o número de matrículas reduziu em 8,253%. Mas será que isso é suficiente para afirmar que há menos demanda por escola?

Dados do IBGE³ não confirmam a hipótese. A população total em 2010 era de 194.890.682, sendo que a população de jovens de até 14 anos de idade correspondia a 20,69% do total. Em 2020 a população passa a ser de 211.755.692, sendo que 20,87% na faixa etária dos 0 aos 14 anos de idade. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2018), a diminuição no número de matrículas pode ser consequência da má infraestrutura e do fechamento de escolas, que seria uma prática ilegal do Estado, uma vez que promove a evasão escolar. Por fim, apresenta-se o quadro resumindo a variação quantitativa de TG, TU e TR, ao longo dos dez anos, nos estados e regiões do Brasil.

QUADRO 4 – NÚMERO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA RURAIS E URBANOS POR ESTADO E REGIÃO EM 2010 E 2020

	TG	TU	TR	PDA - TG	PDA - TU	PDA - TR
BRASIL (2010)	194.939	115.551	79.388	-7,902%	+8,289%	-31,472%
BRASIL (2020)	179.533	125.130	54.403			
RESUMO BRASIL	-15.406	+9.579	-24.985			
NORTE (2010)	24.280	7.646	16.634	-8,974%	+11,783%	-18,516%
NORTE (2020)	22.101	8.547	13.554			
RESUMO NORTE	-2.179	+901	-3.080			
RO (2010)	1.491	771	720	-17,102%	+7,133%	-43,055%
RO (2020)	1.236	826	410			
RESUMO RO	-255	+55	-310			
AC (2010)	1.717	389	1.328	-9,085%	+14,652%	-16,039%
AC (2020)	1.561	446	1.115			
RESUMO AC	-156	+57	-213			
AM (2010)	5.565	1.532	4.033	-4,618%	+13,381%	-11,455%
AM (2020)	5.308	1.737	3.571			
RESUMO AM	-257	+205	-462			
RR (2010)	733	225	508	+15,552%	+26,222%	+8,858%
RR (2020)	847	284	563			
RESUMO RR	+114	+59	+45			
PA (2010)	12.043	3.305	8.738	-11,143%	+14,402%	-20,794%

³ Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em 06 de dez. de 2021

PA (2020)	10.701	3.780	6.921			
RESUMO PA	-1.342	+476	-1.817			
AP (2010)	817	337	480	+4,283%	+15,727%	-3,75%
AP (2020)	852	390	462			
RESUMO AP	+35	+53	-18			
TO (2010)	1.914	1.087	827	-16,614%	-0,275%	-38,089%
TO (2020)	1.596	1.084	512			
RESUMO TO	-318	-3	-315			
NORDESTE (2010)	77.370	31.939	45.431	-20,664%	+2,774%	-37,142%
NORDESTE (2020)	61.382	32.825	28.557			
RESUMO NORDESTE	-15.988	+886	-16.874			
MA (2010)	13.828	3.866	9.962	-15,830%	+4,319%	-23,649%
MA (2020)	11.639	4.033	7.606			
RESUMO MA	-2.189	+167	-2.356			
PI (2010)	6.785	2.481	4.304	-35,873%	-4,070%	-54,205%
PI (2020)	4.351	2.380	1.971			
RESUMO PI	-2.434	-101	-2.333			
CE (2010)	9.468	4.809	4.659	-21,979%	+0,436%	-43,764%
CE (2020)	7.450	4.830	2.620			
RESUMO CE	-2.018	+21	-2.039			
RN (2010)	4.001	2.182	1.819	-14,571%	-0,549%	-31,390%
RN (2020)	3.418	2.170	1.248			
RESUMO RN	-583	-12	-571			
PB (2010)	6.357	2.879	3.478	-24,382%	+1,285%	-45,629%
PB (2020)	4.807	2.916	1.891			
RESUMO PB	-1.550	+37	-1.587			
PE (2010)	10.294	5.026	5.268	-18,894%	+2,686%	-39,483%
PE (2020)	8.349	5.161	3.188			
RESUMO PE	-1.945	+135	-2.080			
AL (2010)	3.358	1.523	1.835	-12,835%	+10,439%	-32,152%
AL (2020)	2.927	1.682	1.245			
RESUMO AL	-431	+159	-590			
SE (2010)	2.369	1.138	1.231	-12,199%	+5,711%	-28,757%
SE (2020)	2.080	1.203	877			
RESUMO SE	-289	+65	-354			
BA (2010)	20.910	8.035	12.875	-21,755%	+5,164%	-38,555%
BA (2020)	16.361	8.450	7.911			
RESUMO BA	-4.549	+415	-4.964			
SUDESTE (2010)	58.210	48.797	9.413	+3,368%	+9,949%	-30,850%
SUDESTE (2020)	60.161	53.652	6.509			
RESUMO SUDESTE	+1.961	+4.855	-2.904			
MG (2010)	17.514	12.335	5.179	-9,358%	+2,845%	-38,424%
MG (2020)	15.875	12.686	3.189			
RESUMO MG	-1.639	+351	-1.990			
ES (2010)	3.425	1.979	1.446	-11,036%	+4,345%	-32,088%

ES (2020)	3.047	2.065	982			
RESUMO ES	-378	+86	-464			
RJ (2010)	10.383	9.064	1.319	+9,794%	+13,570%	-16,148%
RJ (2020)	11.400	10.294	1.106			
RESUMO RJ	+1.017	+1.230	-213			
SP (2010)	26.888	24.419	1.469	+10,975%	+17,150%	-16,133%
SP (2020)	29.839	28.607	1.232			
RESUMO SP	+2.951	+4.188	-237			
SUL (2010)	25.193	19.171	6.022	+1,651%	+11,626%	-30,106%
SUL (2020)	25.609	21.400	4.209			
RESUMO SUL	+416	+2.229	-1.813			
PR (2010)	9.112	7.424	1.688	+4,049%	+10,977%	-26,421%
PR (2020)	9.481	8.239	1.242			
RESUMO PR	+369	+815	-446			
SC (2010)	6.240	4.637	1.603	+0,368%	+11,925%	-33,063%
SC (2020)	6.263	5.190	1.073			
RESUMO SC	+23	+553	-530			
RS (2010)	9.841	7.110	2.731	+0,243%	+12,109%	-30,648%
RS (2020)	9.865	7.971	1.894			
RESUMO RS	+24	+861	-837			
CENTRO-OESTE (2010)	9.886	7.998	1.888	+3,985%	+8,852%	-16,631%
CENTRO-OESTE (2020)	10.280	8.706	1.574			
RESUMO CENTRO-OESTE	+394	+708	-314			
MS (2010)	1.615	1.384	231	+8,111%	+8,598%	+5,194%
MS (2020)	1.746	1.503	243			
RESUMO MS	+131	+119	+12			
MT (2010)	2.655	1.725	930	+1,619%	+12,405%	-18,387%
MT (2020)	2.698	1.939	759			
RESUMO MT	+43	+214	-171			
GO (2010)	4.510	3.862	648	+2,416%	+6,939%	-24,537%
GO (2020)	4.619	4.130	489			
RESUMO GO	+109	+268	-159			
DF (2010)	1.106	1.027	79	+10,036%	+10,418%	+5,063%
DF (2020)	1.217	1.134	83			
RESUMO DF	+111	+107	+4			

Fonte: Sistematização da autora a partir de dados do INEP. (INEP, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Dentre as 27 unidades da federação, onze (11) apresentaram aumento e em dezesseis (16) ocorreu diminuição de TG. O aumento de TU ocorreu em vinte e quatro (24) estados e a diminuição em três (3). Em vinte e três (23) estados ocorreu diminuição no número de TR e, em quatro (4), aumento.

Em todas as regiões do Brasil houve diminuição no número de TR. A região Nordeste foi a que mais apresentou queda, com redução de 37,142% de TR, sendo também a que

apresentou a maior queda em TG, de 20,664%. Os três estados com a maior queda no TG situam-se na região nordeste: PI (-35,873%), PB (-24,382%) e CE (-21,979%). Os mesmos estados apresentaram também a maior queda no TR de escolas: PI (-54,205%), PB (-45,629%) e CE (-43,764%).

O próximo tópico apresenta os dados sobre fechamento de escolas nas comunicações analisadas, focalizando as razões alegadas pelo poder público.

3 AS RAZÕES ALEGADAS PELO PODER PÚBLICO PARA O FECHAMENTO DE ESCOLAS

Conforme já explicitado, a consulta às reportagens foi realizada nos sites da G1 e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O G1 é o portal da Globo, que publica notícias de todos os estados da federação. A CNTE, fundada em 1948 como Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), passou a se chamar CNTE em 1990, quando unificou federações sociais da educação na mesma entidade nacional. Com sede em Brasília, a CNTE tem 50 entidades sindicais filiadas.

Nestes portais foi feita a busca de matérias com a utilização dos termos **fechamento, escolas** e o ano, de 2010 a 2020. Foram selecionadas as matérias que tratavam do fechamento de escolas, excluindo as que noticiavam sobre o fechamento temporário de escolas durante a pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021. Das reportagens foram extraídas informações sobre os motivos alegados pelo poder público para impetrar o fechamento de escolas. Foram encontradas matérias de 2016 a 2021. Vale destacar que todas as matérias encontradas mencionam protestos comunitários contra o fechamento de escolas, incluindo marchas com faixas e cartazes. As matérias extraídas do portal da CNTE apontam, também, ações de entidades sindicais contra o fechamento de escolas. O resumo dos dados coletados apresenta-se no quadro abaixo:

QUADRO 5 – MATÉRIAS DOS PORTAIS DO G1 E DA CNTE SOBRE FECHAMENTO DE ESCOLAS

PORTAL	LOCAL	DATA	RESUMO DA MATÉRIA	RAZÕES ALEGADAS PELO PODER PÚBLICO
G1	Paragominas, PA	24/11/2016	Protesto contra fechamento de uma escola municipal urbana.	Vencimento do contrato de aluguel. (Estruturais)
G1	João Pessoa, PB	19/12/2016	Protesto contra fechamentos de uma escola estadual urbana.	Falta de demanda de alunos. (Matrículas)
G1	Redenção, PA	08/03/2017	Protesto contra fechamento de 50 escolas estaduais profissionalizantes em todo estado do PA.	Inatividade, fim de contratos de aluguel e convênios. (Estruturais)
G1	Piedade, SP	20/09/2017	Protesto contra fechamento de uma escola Municipal.	Prédio velho e falta de verbas. (Estruturais)
G1	Joinville, SC	31/07/2017	Protesto contra fechamento de duas escolas estaduais.	Reordenamento das unidades. (Reordenamento)
G1	Sorocaba e Jundiá, SP	14/10/2017	Protesto contra fechamento de uma escola municipal.	Prédio com problemas estruturais. (Estruturais)
G1	Codó, MA	07/02/2018	Protesto contra fechamento de uma escola municipal de educação infantil e ensino fundamental.	Quantidade de alunos matriculados inferior ao número mínimo exigido para o funcionamento de uma sala de aula. (Matrículas)
G1	Porto Alegre, RS	07/04/2018	Protesto contra fechamento de sete escolas estaduais.	Queda no número de matrículas. (Matrículas)
G1	Salvador, BA	30/11/2018	Protesto contra fechamento de uma escola estadual.	Falta de infraestrutura. (Estruturais)
G1	Rio Verde, GO	06/12/2018	Protesto contra fechamento de cinco escolas municipais.	Remanejamento devido à falta de infraestrutura. (Estruturais)
G1	Sul do Rio e Costa Verde, RJ	26/12/2018	Protesto contra fechamento de uma escola estadual.	Falta de matrículas. (Matrículas)
G1	Wanderlândia, TO	27/12/2018	Escola estadual	Estrutura física precária (Estruturais)
G1	Palmas, TO	04/04/2019	Protesto contra fechamento de vinte e uma escolas estaduais.	Baixa procura por matrículas. (Matrículas)
G1	Congonhas, MG	15/05/2019	Protesto contra fechamento de uma creche e uma escola municipais.	Risco oferecido pela barragem. (Estruturais)
G1	Belém, PA	29/08/2019	Protesto contra fechamento de uma escola Municipal de educação infantil.	Não renovação do convênio entre instituição de ensino e secretaria municipal de educação. (Estruturais)

G1	Joinville, SC	18/11/2019	Escola estadual	Substituição por ensino militar (Reordenamento)
G1	Campo Grande, MS	22/11/2019	Protesto contra fechamento de uma escola municipal e onze escolas estaduais.	Reordenamento. (Reordenamento)
G1	Salvador, BA	04/12/2019	Protesto contra fechamento de uma escola estadual.	Reordenamento. (Reordenamento)
G1	Salvador, BA	11/12/2019	Protesto contra fechamento de uma escola municipal de ensino fundamental, anos iniciais.	Alunos serão enviados para outra escola (Reordenamento)
G1	Salvador, BA	26/12/2019	Protesto contra fechamento de uma escola estadual.	Reordenamento. (Reordenamento)
G1	Cuiabá, MT	24/01/2020	Protesto contra fechamento de uma escola estadual.	Reordenamento da rede estadual. (Reordenamento)
G1	Jequié, BA	24/01/2020	Protesto contra fechamento de uma escola estadual.	Alunos, professores e funcionários serão transferidos para outra escola. (Reordenamento)
CNTE	São Raimundo Nonato, PI	24/08/2017	A secretaria municipal de educação fechou várias escolas pública da zona rural e quilombolas da região da Serra da Capivara. Entidades Sindicais e comunidade escolar protestam.	Motivo não alegado na matéria.
CNTE	Aracaju, SE	18/01/2019	Secretaria do estado da educação ameaça fechar seis escolas em Aracaju. Entidades sindicais alegam que a medida precariza a educação, pois o financiamento se dá justamente de acordo com o número de matrículas, que será reduzido com o fechamento, além de que professores e funcionários ficarão sem ter onde trabalhar.	Motivo não alegado na matéria.
CNTE	MT	09/01/2020	Protesto contra fechamento de uma escola rural do município de Tangará da Serra, Gleba Triângulo. Segundo entidades, a transferência de alunos do estado para a prefeitura demonstra falta	Política de redimensionamento do governador do estado. (Reordenamento)

			de preocupação com a qualidade da educação, pois prefeituras não têm como manter as escolas. A medida também vai prejudicar a oferta de educação de jovens e adultos.	
CNTE	Curitiba, PR	27/11/2020	Governador e secretário da educação, Renato Feder, assinam documento orientando Núcleo Regional de Educação (NRE) a fechar sete escolas estaduais em Curitiba. Entidades sindicais alegam que a medida precariza a educação e que a implantação da escola de tempos integral resolveria o problema dos espaços ociosos.	Necessidade de “otimizar” prédios escolares com espaços ociosos. (Estruturais)

Fonte: Sistematização da autora (2021).

Verifica-se que as vinte e seis (26) matérias encontradas apresentam protestos contra o fechamento de escolas. Vale dizer que não foram consultadas reportagens sobre o fechamento de escolas como temática geral, mas sim notícias relatando fatos concretos de fechamento de escolas.

Foi possível agrupar três razões alegadas pelo poder público para o fechamento de escolas: estruturais, matrículas e reordenamento. As razões estruturais aludem à falta de recursos, englobando vencimento de aluguel, riscos ofertados por barragem, falta de recursos financeiros para manutenção da escola e encerramento de convênios. As escolas fechadas devido ao número de matrícula têm como razão apontada pelo poder público a escassez de alunos. O reordenamento significa tanto a transferência de alunos de uma unidade administrativa para outra, do estado para o município ou vice-versa, quanto transferências de alunos para outra escola e, ainda, militarização. Com isso, tem-se o quadro abaixo, que resume as informações quanto às razões alegadas para o fechamento de escolas:

QUADRO 6 – RAZÕES ALEGADAS PELO PODER PÚBLICO PARA FECHAR ESCOLAS

Nº	Estruturais	Matrículas	Reordenamento	Não alegaram
	10	5	9	2

Fonte: Sistematização da autora (2021).

Certamente a pesquisa das razões alegadas segundo a mídia apresenta o limitador de que nem todas os fechamentos de escolas são noticiados. Entretanto, fica evidente um processo de flexibilização, no qual o poder público se arroga a prerrogativa de fechar escolas, a despeito da necessidade da população.

Esta pesquisa reforça a hipótese de que o fechamento de escolas é uma das facetas das reformas educacionais neoliberais. Segundo Montaño e Duriguetto (2010), diferentemente do liberalismo clássico, que representava avanços ao contrapor-se ao Estado absolutista, o neoliberalismo tem o objetivo de eliminar conquistas históricas, se constituindo, portanto, como retrocesso.

Segundo Freitas (2018), o neoliberalismo de Hayek foi apropriado com algumas diferenças por Buchanan e Milton Friedman, refundando o liberalismo econômico. Reacionária e conservadora, a ideologia neoliberal concebe que a concorrência do livre mercado deve pautar todas as relações sociais. A escola, nesse contexto, passa a ser administrada como uma empresa, lugar onde os processos educativos são controlados e padronizados. Consequentemente, escolas que não apresentam desempenhos alinhados com processos produtivos, coordenados por agências internacionais, são fechadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam para concentração maior de fechamento das escolas rurais. Recentes pesquisas têm se debruçado sobre essa problemática, denunciando o fechamento de escolas rurais como desrespeito às identidades e necessidades da população campesina. A escola rural tem organização pedagógica própria e a sua desativação incorre em desrespeito para com as identidades e saberes do campo. Outro fator analisado é que o transporte geralmente é precário e obriga alunos a passarem várias horas na estrada, permanecendo mais tempo longe das famílias. (CRUZ e SILVA,

2020; SANTOS, 2021; SANCHES & OLIVEIRA, 2019). Portanto, pode-se afirmar que no Brasil há um processo de **Desruralização Escolar**, conforme já mostram Sanches e Oliveira (2019). A desruralização é maior na região Nordeste do Brasil, especialmente nos estados do Piauí, Paraíba e Ceará. Estes mesmos estados também são os que mais sofreram redução no número total de estabelecimentos de ensino.

No Brasil, observa-se a redução do número total de estabelecimentos públicos de ensino de educação básica incluindo municipais e rurais, federais, estaduais e municipais. De 2010 para 2020 houve uma redução de 12,709%. Os estabelecimentos privados de ensino, por outro lado, tiveram um aumento de 13,108%. No total geral, incluindo estabelecimentos públicos, privados, rurais e urbanos de ensino, houve no Brasil uma queda de 7,902% no número de escolas.

Os resultados suscitam a hipótese de que há um processo de privatização da educação, o qual traz, em seu bojo, o risco da **desescolarização**. Entretanto, nas razões alegadas pelo poder público, nas reportagens analisadas, não constam argumentos relativos a uma ideologia da desescolarização e declarada posição aberta em prol de que o Estado não deva se responsabilizar pela educação. As razões apontadas para os fechamentos são basicamente da ordem estrutural, com apontamento de outras possibilidades para matricular estudantes, ainda que em precárias escolas multisseriadas ou em lugares longínquos, de acesso por meio de sucateados transportes escolares. Ou seja, aqui é possível perceber a atualidade da crítica marxiana ao idealismo. Independentemente do que propagam as leis, por exemplo a lei que supostamente visa à preservação das escolas rurais, na realidade concreta o Estado defende os interesses da classe dominante, para a qual é mais interessante a garantia do livre mercado, ou liberação de território para o agronegócio, do que o investimento do Estado em direitos sociais.

Pode-se perceber, portanto, fortes indícios de uma tendência à desintegração da escola, concretizada em sucessivos fechamentos, mais acirrados no meio rural. O neoliberalismo adapta os objetivos educacionais ao mercado mundial, mas, também, fecha escolas, havendo inclusive ideologias favoráveis à sociedade sem escola mantida pelo Estado. Diante disso, é preciso observar e denunciar o fechamento de escolas, realizando mais pesquisas e sistemático acompanhamento, observando não apenas os dados, mas

também ouvindo as populações que sofrem e protestam, a fim de buscar formas de mobilização.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisório. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **La trama del neoliberalismo**. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 11-18.

ANDRÉ, Tamara Cardoso. Reforma do Ensino Médio: desobrigação do Estado? **Olhares**. v. 06, n. 01, p. 130-145. São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/724>. Acesso em: 27 out. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL, **Lei 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução N° 01 de 23 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-16-de-agosto-de-2021-338665263>. Acesso em: 27 out. 2021

BRASIL, **Resolução CD/FNDE n° 14**, de 08 de junho de 2012. Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3524-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-14-de-08-de-junho-de-2012>. Acesso em: 27 out. 2021

BRASIL, **Lei 13.005/2014**, Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Lei 12.960**, de 27 de março de 2014. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL, **Lei N° 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada

pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art2. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Decreto N° 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria n° 458**, de 05 de maio de 2020. Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-458-de-5-de-maio-de-2020-255378342>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). PI: Nota de repúdio contra o fechamento de escolas e o autoritarismo da secretária de educação de São Raimundo Nonato, PI. **CNTE**, Brasília, DF, agost. 2017. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/65159-pi-nota-de-repudio-contr-o-fechamento-de-escolas-e-autoritarismo-da-secretaria-de-educacao-de-sao-raimundo-nonato-pi>. Acesso em: 10 out. 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Redução de matrículas preocupa a CNTE. **CNTE**, Brasília, DF, fev. 2018. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-na-midia/65655-reducao-de-matriculas-preocupa-a-cnte>. Acesso em: 10 out. 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). SE: Desmonte da rede estadual: SEDUC quer fechar seis escolas em Aracaju. **CNTE**, Brasília, DF, jan. 2019. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/66430-se-desmonte-da-rede-estadual-seduc-quer-fechar-seis-escolas-em-aracaju>. Acesso em: 10 out. 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). (MT) Redimensionamento do Governo Mauro Mendes fecha escola do campo. **CNTE**, Brasília, DF, 09 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/72678-mt-redimensionamento-do-governo-mauro-mendes-fecha-escola-do-campo>. Acesso em: 10 out. 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ratinho Jr. quer fechar escolas tradicionais em Curitiba. **CNTE**, Brasília, DF, nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/73596-pr-ratinho-jr-quer-fechar-escolas-tradicionais-de-curitiba>. Acesso em: 10 out. 2021.

FIÚZA, Patrícia. LEOCÁDIO, Thaís. Mineradora e prefeitura têm até final do mês para solucionar fechamento de escola e creche, em Congonhas. **G1 Minas Gerais**, mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/16/mineradora-e-prefeitura-tem-ate-final-do-mes-para-solucionar-fechamento-de-escola-e-creche-em-congonhas.ghtml>. Acesso em 10 out. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**. Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018

G1, BA. Pais, professores e estudantes protestam contra possível fechamento de escola na Avenida Vasco da Gama. **G1 Bahia**, nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/30/pais-professores-e-estudantes-protestam-contra-possivel-fechamento-de-escola-na-avenida-vasco-da-gama.ghtml> Acesso em: 10 out. 2021.

G1, BA. Estudantes protestam contra fechamento de escola e trânsito fica lento na região da Vitória, em Salvador. **G1 Bahia**, dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/12/04/estudantes-protestam-contra-fechamento-de-escola-e-deixa-transito-lento-na-regiao-da-vitoria-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, BA. Governador confirma fechamento de escola pública em bairro de luxo de Salvador; área será leiloada. **G1 Bahia**, dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/12/26/governador-confirma-fechamento-de-escola-publica-em-bairro-de-luxo-de-salvador-area-sera-leiloada.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, BA. Pais e alunos protestam contra fechamento de escola municipal em Salvador e interrompem trânsito na Av. Suburbana. **G1 Bahia**, dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/12/11/pais-e-alunos-protestam-contra-fechamento-de-escola-municipal-em-salvador-e-interrompem-transito-na-av-suburbana.ghtml>. Acesso em: 10. out. 2021.

G1, BA. Após duas semanas em protesto contra fechamento de escola em Jequié, estudantes desocupam unidade. **G1 Bahia**, jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/24/apos-duas-semanas-em-protesto-contra-fechamento-de-escola-em-jequie-estudantes-desocupam-unidade.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, GO. Pais ficam insatisfeitos após prefeitura de Rio Verde anunciar fechamento de cinco escolas. **G1 Goiás**, dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/12/06/pais-ficam-insatisfeitos-apos-prefeitura-de-rio-verde-anunciar-fechamento-de-cinco-escolas.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, MA. Moradores estão revoltados com fechamento de escola em Codó. **G1 Maranhão**, fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/moradores-estao-revoltados-com-fechamento-de-escola-em-codo.ghtml>. Acesso em 10 out. 2021.

G1, MS. Alunos Protestam contra fechamento de escola estadual no Octávio Pécora. **G1 Campo Grande**, nov. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8109467/>. Acesso em: 10. out. 2021.

G1, MT. Alunos protestam contra fechamento de escola tradicional de Cuiabá. **G1 Mato Grosso**, jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/24/alunos-protestam-contrafechamento-de-escola-tradicional-de-cuiaba.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, PA. Em Paragominas, alunos protestam contra fechamento de escola pública. **G1 Pará**, nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/11/em-paragominas-alunos-protestam-contrafechamento-de-escola-publica.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, PA. Em Redenção, população reclama do fechamento de escola agrotécnica. **G1 Pará**, mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/03/em-redencao-populacao-reclama-dofechamento-de-escola-agrotecnica.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, PA. Protesto interdita a BR-316 após fechamento de escola comunitária do bairro Castanheira, em Belém. **G1 Pará**, agost. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/08/29/protesto-interdita-a-br-316-apos-fechamento-de-escola-comunitaria-do-bairro-castanheira-em-belem.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, PB. Moradores realizam protesto em João Pessoa contra fechamento de escola. **G1 Paraíba**, dez. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/12/moradores-realizam-protesto-em-joao-pessoa-contrafechamento-de-escola.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, RJ. Moradores realizam manifestação para evitar fechamento de escola no Açude I, em Volta Redonda. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/12/26/moradores-realizam-manifestacao-para-evitar-fechamento-de-escola-no-acude-i-em-volta-redonda.ghtml>. Acesso em 10 out. 2021.

G1, RS. Comunidade protesta contra fechamento de escola em Porto Alegre determinada pelo governo estadual. **G1 Rio Grande do Sul**, abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/comunidade-protesta-contrafechamento-de-escola-em-porto-alegre-determinada-pelo-governo-estadual.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, RS. Grupo protesta contra fechamento de escola de educação infantil em Porto Alegre. **G1 Rio Grande do Sul**, nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/11/26/grupo-protesta-contrafechamento-de-escola-de-educacao-infantil-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, SC. Alunos e professores protestam contra fechamento de escola em Joinville. **G1 Santa Catarina**, julho. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/alunos-e-professores-protestam-contrafechamento-de-escola-em-joinville.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, SC. Pais se Mobilizam contra Fechamento de escola em Joinville. **G1 Santa Catarina**, nov. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8095215/>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, Sorocaba e Jundiá. Fechamento de escola preocupa pais de alunos na Zona Rural de Piedade. **G1 Sorocaba e Jundiá**, set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/fechamento-de-escola-preocupa-pais-de-alunos-na-zona-rural-de-piedade.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, Sorocaba e Jundiá. Pais discutem com prefeito de Piedade em ato contra fechamento de escola. **G1 Sorocaba e Jundiá**, out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/pais-discutem-com-prefeito-de-piedade-em-ato-contrafechamento-de-escola.ghtml>.

jundiai/noticia/pais-discutem-com-prefeito-de-piedade-em-ato-contra-fechamento-de-escola.ghtml. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, TO. Moradores ficam revoltados com fechamento da escola mais antiga de Wanderlândia. **G1 Tocantins**, dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/12/27/moradores-ficam-revoltados-com-fechamento-da-escola-mais-antiga-de-wanderlandia.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1, TO. Pais reclamam do fechamento de escolas da rede estadual em Palmas. **G1 Tocantins**, abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/04/04/pais-reclamam-do-fechamento-de-escolas-da-rede-estadual-em-palmas.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

IBGE. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: 06 dez. 2021.

KOSIK, Karel (1961). **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002
LAVAL, Christian. **La escuela no es una empresa**. El ataque neoliberal a la enseñanza pública. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2004

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle. Nélio Schneider. Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2014

MARX, Karl, (1818-1883). **Crítica da filosofia do direito de Hegel - 1843** / Karl Marx: tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion. **Ocupar e Resistir**. Movimentos de Ocupação de Escolas pelo Brasil (2015-2016), São Paulo: Editora 34, 2019

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas. **Censo Escolar 2015**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2015_matriculas.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas. **Censo Escolar 2016**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas. **Censo Escolar 2017**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas. **Censo Escolar 2018**. Censo Escolar 2017, Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2019**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2020**. Notas Estatísticas. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010

NOVAES, Antônia Corrêa. SOUSA, Deusa Maria de. FORMIGOSA, Marcos Marques. Educação do Campo: uma análise do processo de fechamento de uma escola do campo em Abaetetuba, Estado do Pará. **Periferia**. v. 13, n. 1, p. 177-195, Rio de Janeiro, RJ: 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/54613> Acesso em: 16 set. 2021.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). **Convention on the Organisation for Economic Co-operation and Development**. Paris, 1960. Disponível em: <http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>. Acesso em: 27 out. 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. ARELARO, Lisete Maria Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAAE**. v. 35, n. 01, p. 35-56. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/93094/52791>. Acesso em: 25 out. 2021

RAVITCH, Diane. **The death and life of the great American School System**. United States, Basic Books, 2010.

SANCHES, Vanessa Lima. OLIVEIRA, Marcia Lisboa Costa de. Desruralização escolar: um estudo sobre o fechamento de escolas do campo em um município do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 04, p. 01-29, Tocantinópolis, TO, 2019, Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/673ed262857b69aodfof2883450c2c80/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4392949>. Acesso em: 16 set. 2021.

SANTOS, Cássia Betania Rodrigues. Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança. **Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, v. 24, n. 56, p. 93-112, Presidente Prudente, SP, 2021, Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7131>. Acesso em: 27 out. 2021.

SAUTU, Ruth. BONIOLO, Paula. DALLE, Pablo. ELBERT, Rodolfo. **Manual de metodología**. Contrucción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2018

TAFFAREL, Celi Zulke. MUNARIM, Antônio. Pátria Educadora e Fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**. v. 17, n. 35, p. 41-51, Chapecó, SC: 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Tamara/Downloads/3053-Texto%20do%20Artigo-10778-1-10-20151222.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

UOL. Após derrota no STF, fundador do escola sem partido diz que deixa movimento. **UOL**, agost.2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/22/apos-derrota-no-stf-fundador-do-escola-sem-partido-diz-que-deixa-movimento.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha? **Pro-posições**. v. 28, n. 02, p. 122-140, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/f5JrWJZqS8jTT3YV5RSKLzL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos. Arranjos de Desenvolvimento da Educação: configurações da descentralização no fortalecimento da privatização. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 15, n. 03, p. 01-25, Curitiba, PR, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/77420>. Acesso em: 27 out. 2021.

Enviado em: 16-02-2022

Aceito em: 23-02-2023

Publicado em: 08-05-2023